



EDUCAÇÃO NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E OS NOVOS OLHARES NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA GLOBAL

Suiane Costa Alves ¹

Education in the brazil: historical course and the new looks in the promotion of global citizenship

Resumo:

Diante da natureza multidimensional da educação e em diálogo com o processo de internacionalização do currículo na promoção da cidadania global, o presente trabalho consiste em um ensaio teórico e tem por objetivo motivar reflexões acerca do desenvolvimento histórico da educação brasileira. Referenciado em autores como Freire (2007), Teixeira (2007), Leask (2015), Lima e Alves (2016), Quijano (2005), buscou-se promover considerações acerca da história do Brasil alinhado ao desenvolvimento da educação em território nacional. Orientado pela metodologia descolonial que tem por base a ciência epistêmica, teórica e política com a finalidade de discutir o modelo de colonialidade ainda dominante no mundo atual (QUIJANO, 2005), será feito o diálogo acerca do processo de colonização e a atuação dos jesuítas no território brasileiro, passando pelo período imperial até o ápice da consolidação da república, promovendo reflexões acerca dos documentos oficiais que norteiam a educação, nos permitindo olhar de forma madura para o atual cenário educacional.

Palavras-chave: Educação. História do Brasil. Cidadania Global

Abstract:

Against the multidimensional nature of education and in dialogue with the process of Internationalization of Curriculum in the promotion of global citizenship, this work consists of a theoretical essay and has an object to motivate reflections on the historical development of Brazilian education. Referenced by authors such as Freire (2007), Teixeira (2007), Leask (2015), Lima & Alves (2016), Quijano (2005), sought to promote considerations about the history of Brazil aligned with the development of education in the national territory. Guided by the decolonial methodology that is based on epistemic, theoretical and policy science with the purpose of discussing the model of coloniality still dominant in the world today (QUIJANO, 2005), a dialogue will be made about the colonization process and the performance of the Jesuits in the Brazilian territory, through the imperial period to the apex of the consolidation of the republic, promoting reflections about official documents that guide education, allowing us to look maturely at the current educational scenario.

Keywords: Education. History of Brazil. Global Citizenship

1. Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora de Metodologia do Ensino de Química da UFC/UAB e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre os desafios da educação nacional é uma tarefa destinada aos educadores, pesquisadores, centros acadêmicos e secretarias de educação. Para nos lançarmos em novos caminhos a fim de promover uma educação com equidade é preciso olhar para trás, para a nossa história, e perceber quais fatores incidiram sobre este processo e que foram determinantes para termos a educação de hoje.

No exercício de consolidação da educação brasileira, termos como colonialidade, hierarquização, conquista e dominação estiveram presentes, o que resultou em complexas marcas que ainda hoje encontram-se presentes na sociedade. No trabalho *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina* (2005), Quijano promove reflexões em ciências sociais com o intuito de mobilizar alternativas teóricas e políticas ante o neoliberalismo e a economia de mercado, confrontando a realidade do discurso hegemônico e os pressupostos e valores a serem cultivados diante de uma sociedade globalizada, cuja ação incide invariavelmente na educação.

Nesse sentido, muito já tem sido feito na tentativa de universalização do ensino, no entanto, percebe-se que o caminho ainda é muito longo para que possamos chegar em um modelo ideal de educação que priorize a formação da pessoa humana, enquanto cidadão de direitos e deveres. E nem sempre refletir é uma tarefa fácil. É preciso estar aberto para olhar de forma impessoal todo o processo, (re)significar conceitos, (re)estruturar ideias que possam incidir no campo educacional e exercer de fato a sua missão: promover a construção de uma sociedade mais justa com a garantia de acesso aos serviços essenciais na promoção de uma vida digna.

Desse modo, esta pesquisa se caracteriza como um ensaio teórico e está orientada pela metodologia descolonial que tem como base a ciência epistêmica, teórica e política com a finalidade de discutir o modelo de colonialidade ainda dominante no mundo atual (QUIJANO, 2005), refletindo sobre as situações históricas da educação brasileira. Assim, no percurso deste trabalho será feito um diálogo acerca do processo de colonização e educação jesuíta, passando pelo período imperial até o ápice da consolidação da república, promovendo reflexões

acerca dos documentos que nortearam a educação ao longo da história.

2. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO PERÍODO COLONIAL À PRIMEIRA REPÚBLICA

O Brasil, historicamente falando, é um país que enfrentou dificuldades na consolidação da educação. Estado-nação originado a partir do processo de colonização de exploração, inicia a escolarização com a educação jesuíta e a tentativa de catequese dos povos indígenas. Quijano (2005) afirma que o continente americano é o "berço da modernidade", uma vez que serviu como laboratório ante a experiência de expansão mundial da cultura europeia.

Entre os vários relatos, destacam-se aqueles que apontam as guerras sangrentas e injustas, responsáveis pela dizimação de mais de quinze milhões de indígenas na América recém-contatada, o que demonstra a ação violenta dos europeus no início do contato. (VELOSO e SANTANA, 2021, p. 266).

Segundo Piletti (1991) apud Souza (2018), os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos. À medida que o processo de exploração avança no território nacional, tem-se a chegada de imigrantes europeu que vinham as novas terras em busca de riquezas e, para tanto, a exploração do trabalho de escravos indígenas e africanos. Cita-se, dessa forma, o cultivo da cana-de-açúcar, café, exploração de ouro e outras pedras preciosas presentes na região, onde o trabalho escravo e a exploração humana sempre foi um aspecto presente no processo de descobrimento das novas terras.

Diante de tais reflexões, e sendo o Brasil visto como território a ser explorado, a educação sempre esteve relegada a último plano, não sendo prioridade para os governos das capitanias como se observa no discurso de Souza (2018) quando afirma que não só o índio como todos aqueles que não faziam parte dos altos-estratos da sociedade (pequena nobreza e seus descendentes) estavam excluídos da educação. Ressalta-se que o ensino jesuíta apresentava uma rede organizada de escolas cuja ação pedagógica

centrava-se na leitura e escrita, bem como na oferta de ensino secundário e superior.

Dessa forma, no Brasil Colônia, a preocupação centrava-se no uso da terra para a agricultura, através da concessão de capitânicas hereditárias. De acordo com Lima e Alves (2022), em 1534, tem-se a criação das Capitânicas Hereditárias que surgem com o objetivo de auxiliar na administração do novo território e o estabelecimento da capital do Brasil em Salvador. Já o período correspondente entre a metade do século XVI e o século XVII é marcado pelo ciclo do açúcar que é cultivado na região nordeste. O que é significativo desse período é a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, levando a Família Real Portuguesa a fixar residência no Brasil, implantando diversas melhorias no território nacional, como a primeira universidade, a Biblioteca Real, a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro e a criação do Museu Real que depois passou a ser chamado de Museu Nacional (LIMA e ALVES, 2022), tendo como consequência algumas melhorias na infraestrutura, proporcionando o aumento da população.

Na sequência histórica, instaura-se o Brasil Imperial e, nesse mister, inicia-se as primeiras tentativas de educação familiar destinada a atender os filhos da nobreza. Essa modalidade de educação era restrita uma vez que atendia a uma pequena parcela da população que possuía poder aquisitivo. Esse fato sempre agravou o enfrentamento dos problemas que vinham crescendo e que, com a queda do imperialismo e a chegada da república, passaram a ensaiar uma tentativa de educação para todos.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a república. O princípio federativo fundamenta a determinação de que cabia aos estados e municípios, no que tange à educação, a criação e o desenvolvimento do ensino primário e secundário. A União caberia a responsabilidade em relação ao ensino superior.

De acordo com Schueler e Magaldi (2009), a educação escolar republicana foi construída sobre os escombros das antigas casas de escolas, institucionalizada na época do império. Assim sendo,

a educação escolar na Primeira República (1889-1930) é considerada o marco zero da educação brasileira na perspectiva de uma educação para todos com a origem da escolarização elementar e as políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação.

3. PERSPECTIVAS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS NO PERÍODO ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Na Primeira República, a consolidação das ações educacionais inicia com a elaboração de políticas públicas em território nacional visando atender a população. É perceptível que o padrão de poder, eurocentrado, tem a colonialidade e a modernidade como seus alicerces (QUIJANO, 2005). De acordo com Algebaile (2017), a escola deve ser compreendida em suas efetivas funções quando relacionadas às diversas políticas sociais em que encontra-se imersa, reconfigurando as ações estratégicas e os seus impactos na educação.

Para Teixeira (2007), a escola se configura como espaço de construção do conhecimento, promovendo a criatividade e o espírito inventivo, oportunizando programas e atividades motivadoras do pensamento reflexivo. É importante ressaltar que Anísio Teixeira foi um grande incentivador e idealizador da escola pública universal e gratuita, colocando a educação e a cultura na agenda política nacional, renovando o panorama educacional brasileiro, sintetizado no Manifesto dos Educadores pela Educação Nova de 1932.

Segundo Souza (2018), a revolução de 1930 criou uma efervescência ideológica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931 criou o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, surge a ideia de educação obrigatória, gratuita e laica. Segundo Cavalheiro e Teive (2013), o movimento escolanovista refere-se a uma proposta de ensino que propõe como foco uma educação democrática, contemplando os ideais da pedagogia contemporânea. Assim, o

Movimento Escola Nova se configurou como uma linha de pensamento que tinha por objetivo olhar as necessidades da infância sob diversos aspectos, promovendo uma maior autonomia do educando com a democratização da escola pública.

No período do Estado Novo (1937-1945), a educação pública nos art. 166 e 167 que legislam sobre os direitos à educação de qualidade, afirma que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos, embora livre à iniciativa particular, respeitando as determinações legais. Nesse contexto, ressalta-se que a LDBEN é aprovada em 1961, fortalecendo ainda mais a necessidade de reflexões sobre a expansão do ensino público em território nacional, uma vez que a maior parte da população continua às margens do processo educacional e, dessa forma, da educação como garantia de direitos (BRASIL, 1961). Em 1962, Anísio Teixeira consolidou o I Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, mas suspenso em 1963 devido à ditadura militar.

Em se tratando do processo de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, Paulo Freire é referência de educador e pesquisador, dedicado a lançar ações na promoção de soluções para este problema que assola o território nacional. Segundo Dreyer (2011), o método de Paulo Freire não ensina a repetição de palavras, mas o de desenvolver a capacidade de pensá-las com base nas palavras retiradas do cotidiano dos alunos. Para Freire (2007), a educação de fato é uma ação libertadora, pois promove o processo de construção da identidade do cidadão enquanto detentor de direitos e deveres, na promoção do exercício da cidadania.

Freire na Pedagogia do Oprimido coloca um aspecto relevante no pensamento educacional universal desde o mais profundo da cultura dos excluídos como classes, coletivos sociais, regiões e sociedade a partir da concepção de conscientização que é o ponto central da educação: esta não é integral se não forma a consciência de si e das contradições da sociedade na qual deve atuar, no qual se assume que a educação é política (WILLIAMSON e HIDALGO, 2019, p. 2)²

2. Tradução nossa. O trecho no original "Freire en la Pedagogía del Oprimido coloca una marca relevante en el pensamiento educacional universal desde lo más profundo de la cultura de los excluidos como clases, colectivos sociales, regiones y sociedades a partir del concepto de concientización, que es un aporte central a la educación: ésta no es integral si no forma la conciencia de sí y de las contradicciones de la sociedad ante la cual debe actuar, con lo cual asume que la educación es política".

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), período marcado pela repressão, as ideias de universalização e democratização do ensino permaneceram sem consolidação, observando uma crescente expansão do ensino profissionalizante, consequência do movimento de expansão industrial do país. Este tinha por objetivo formar mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho emergente, sem uma preocupação maior com a formação do cidadão crítico-reflexivo.

Em 1968, cria-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que mantém vários programas que objetivam proporcionar mais autonomia às escolas, suprir as carências e oferecer aos alunos melhores condições de acesso e permanência na escola e de desenvolvimento de suas potencialidades (SOUZA, 2018).

Ainda de acordo com Souza (2018), o ensino técnico oferecido para as classes populares delineou muito bem a sua função na sociedade: atender exclusivamente as necessidades do mercado, o que frearia as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites.

Em 1985, tem-se a primeira eleição para Presidente da República e com esta a elaboração da Constituição de 1988, documento que marca uma nova fase da educação brasileira.

4. PERSPECTIVAS HISTÓRICO-EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 ATÉ OS DIAS ATUAIS

A Constituição Brasileira de 1988 afirma em seu texto que "Educação é direito de todos, dever do estado e da família". A partir deste documento de importância fundamental para o Brasil, outros documentos em caráter complementar surgem de forma a especificar as ações em relação à promoção do currículo, metodologias e métodos de avaliação. Dentre esses

documentos, destacam-se: Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9394 de 1996, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1999, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 1999 e Base Nacional Comum Curricular (2018).

Para Veloso e Santana (2021), a descolonialidade é a destruição total da colonialidade enquanto padrão de poder que domina, explora e oprime grande parcela da população mundial, em especial na América Latina. Ainda segundo Rosevics (2017), decolonial é um termo proposto para diferenciar os aspectos da modernidade e colonialidade, caracterizando-se pela luta em prol da descolonização.

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS e ANDRADE, 2018, p. 3).

Nesse sentido, a descolonialidade é um processo epistemológico que consiste em expor a lógica da dominação (VELOSO e SANTANA, 2021).

As lutas pela descolonização referem-se à oposição ao regime colonialista, imposto pelas metrópoles europeias, tendo o objetivo de findar com o regime colonial e estabelecer a liberdade dos povos (VELOSO e SANTANA, 2021, p. 273).

A partir do pensamento descolonial visa-se propor uma educação pautada no empoderamento do cidadão, oportunizando um espaço educacional fundamentado na responsabilidade, flexibilidade e autonomia, norteado em princípios éticos e democráticos, motivando a compreensão das relações sociais, bem como a comunicação participativa e crítica.

Segundo Alves *et al.* (2021), a partir da década de 1990, a educação nacional passou a aprimorar o seu processo avaliativo na busca por alternativas e melhoria dos indicadores de proficiência. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi a primeira iniciativa brasileira de avaliação em escala

nacional a fim de se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade, tendo sido instituída em 1991 pelo Ministério da Educação (MEC).

Dentre os programas educacionais de grande destaque nacional, temos o Programa MAIS PAIC que constitui uma ação educacional voltada para o processo de alfabetização e consolidação do conhecimento que alberga todos os estudantes do ensino fundamental das escolas públicas do Estado do Ceará.

Em 2007, o Estado do Ceará entendendo que era preciso mudar radicalmente e em menor tempo possível este quadro preocupante, através da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE) e da União dos dirigentes Municipais do Ceará (UNDIME/CE), com o apoio do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), assumiu o compromisso com os municípios de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, dando origem ao Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) (ALVES, *et al.* 2021, p. 114)

Em 2018, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo na promoção de aprendizagens essenciais, onde percebe-se que os currículos se identificam entre si na comunhão de princípios e valores que orientam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), promovendo o compromisso com a formação e o desenvolvimento humano, contextualização e organização interdisciplinar dos componentes curriculares, promovendo metodologias colaborativas de aprendizagem (LIMA e ALVES, 2022).

O conceito de Educação Integral, com o qual a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está comprometida, refere-se à construção de processos educativos que promovam a aprendizagem a partir das necessidades dos estudantes em face dos desafios da sociedade contemporânea (BRASIL, 2018).

Sendo o cidadão educado para vivenciar a democracia, é a partir da discussão política e da ação política coletiva que aquele, cujas ocupações diárias concentram seus interesses em um pequeno

círculo em volta dele mesmo, aprende a examinar os concidadãos e ser solidário com eles, tornando-se conscientemente membro de uma grande comunidade. (MILL, 2006 apud FORLINI, 2015, p. 30)

Em 2019, surge o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) que busca promover as diretrizes e linhas de ações que norteiam a educação básica do Ceará, assegurando o direito a aprender dos estudantes. No processo de consolidação do conhecimento por parte do educando, percebe-se que a articulação entre a educação e o conhecimento da neurociência é fundamental, pois fundamenta os saberes pedagógicos, uso de metodologias adequadas, identificação das necessidades mais específicas de cada educando, entendimento das conceituações socioemocionais e, conseqüentemente, a garantia da transposição didática, onde o currículo encontra-se alinhado a realidade de cada estudante (CARVALHO, 2011).

Outro aspecto importante arrimado ao processo de ensino e aprendizagem, consiste no olhar mais atento dos educadores em relação às cinco macrocompetências que delinham a relação do educando consigo e com o outro, observados na sequência: (1) Autogestão; (2) Abertura ao novo; (3) Amabilidade; (4) Resiliência emocional; (5) Engajamento com o outro (SALES, *et al.*, 2021). Em diálogo com o processo de globalização na qual a sociedade atual encontra-se imersa, Leask (2015) promove reflexões em torno do currículo e o processo de internacionalização da educação, motivando reflexões acerca da cidadania global e o desenvolvimento de projetos que nos permite vislumbrar uma educação para todos.

Em grande parte dos países da América Latina tem-se impulsionado revisões e formulações do sistema educacional devido a importância que esta tem para a sociedade do conhecimento [...] a fim de promover um crescimento com equidade, a melhora da qualidade e a necessidade de se adequar os perfis acadêmicos e profissionais às novas necessidades de um mundo global (BENEITONE, 2019, p 11)³

A Internacionalização do Currículo não busca promover a homogeneização e a ocidentalização, muito pelo contrário, estimula o questionamento dos paradigmas dominantes a fim de melhorar a qualidade de vida da população, atuando como ação estratégica (LEASK, 2015). Discutir sobre o processo de Internacionalização do Currículo nos convida, invariavelmente, ao aprofundamento teórico dos conceitos de Cidadania global. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a cidadania global abrange o desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais, garantindo os direitos humanos em toda a sua amplitude, promovendo educação de qualidade (UNESCO, 2016).

Para Javier Rojas Jardel (2020), a internacionalização é um processo que responde à dinâmica de interação que se desenvolve em um mundo globalizado de maneira crescente, o que também inclui na educação o conceito de cidadania global, o qual se declara como parte de um projeto global da UNESCO. A referida organização elege 2022 como o Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, o conceito de cidadania parece integrar noções centrais da política, vinculando-se à ideia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade. O processo educativo integra as funções substantivas universitárias em uma dimensão global, intercultural, comparada e interdisciplinar que fomenta nos estudantes, perspectivas das problemáticas mundiais.

De acordo com Leask (2015), os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da diversidade cultural aliado ao desenvolvimento da cidadania global são: 1) Foco no aprendizado dos estudantes; 2) Respeito à diversidade; 3) Observar as informações relativas ao contexto específico e suporte; 4) Possibilitar o diálogo intercultural, significativo e engajado; 5) Ser flexível e adaptável a diversas situações; 6) Preparar os estudantes para o mundo globalizado. Assim, no campo educativo, a educação intercultural para a promoção da cidadania global é vista como o instrumento de empoderamento das minorias, das populações que estão à margem da

3. Tradução nossa. O trecho no original "En gran parte de los países de América Latina se han impulsado revisiones o reformulaciones de sus sistemas de educación debido a la importancia que esta tiene dentro de la sociedad del conocimiento [...] para cimentar un crecimiento con equidad, la mejora de la calidad y la necesidad de adecuar los perfiles académicos y profesionales a las nuevas necesidades de un mundo global."

cultura hegemônica, princípio que orienta o modelo educativo atualmente vigente.

Diante da importância desta construção, um dos departamentos responsáveis pela promoção da Internacionalização do Currículo na Educação Básica e Superior é o Centro de Estudos Internacionais em Educação (CEIE) que tem como finalidade articular processos de internacionalização com alunos, professores e corpo técnico, incentivando o desenvolvimento de estudos comparados e internacionais na educação básica e superior, abrindo espaços para interações acadêmicas e diálogos no âmbito educacional, delineando-se o papel da educação na promoção de cidadania global, entendendo que este processo se perfaz em uma construção coletiva.

em suas mais variadas necessidades. Embora seja reconhecida a importância de se desenvolver competências, mentalidades e predisposição emocional, o aluno precisa desenvolver o aspecto internacional e intercultural através de um currículo que promova a cidadania global (LEASK, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, as considerações acerca da história do Brasil e como esteve alinhada ao desenvolvimento da educação nos faz refletir sobre os desafios de uma nação que inicialmente, colônia de exploração, foi se remodelando em uma mistura de etnia que hoje busca mostrar que o respeito e a garantia de direitos, através da oferta de serviços educacionais de qualidade, devem prevalecer acima de tudo.

Quijano (2005) elabora uma nova proposição para compreender a modernidade a partir da visão dos latino-americanos e, neste trabalho, os reflexos da colonização na educação brasileira. A América Latina se compôs na heterogeneidade e a medida em que compreende o processo histórico de consolidação da educação torna-se possível traçar novos caminhos mais democráticos visando atender às necessidades e demandas educacionais. Assim, cabe a todos nós oportunizar uma visão crítico-reflexiva sobre a nossa ação no espaço onde atuamos, cujo reflexo se perfaz na família e na sociedade.

Estarmos juntos é fundamental para a construção da educação que queremos e precisamos e, nesse sentido, encerramos este ensaio teórico com a reflexão de que é fundamental que o professor esteja munido dos conhecimentos apresentados a fim que a sua práxis pedagógica possa atender os estudantes

REFERÊNCIAS

- ALGEBAILLE, E. Os desafios da escola pública na relação com as políticas sociais. **E-mosaicos**, v. 6, n. 12, p.33-47, 2017.
- ALVES, S. C.; FREIRES, E. V.; CAVALCANTE, M. C. REZENDE, A. G. M.; PARENTE, M. D. R. O ensino de ciências e matemática, o programa mais paic e a teoria das situações didáticas de guy brousseau. In: **Educação e Saúde para igualdade em relatos de experiências e pesquisa na pandemia**. Editora Impreco, 2021.
- BENEITONE, P. **Internacionalización del Currículo**: estudio de casos en universidades argentinas. Tesis de Doctorado. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica Argentina, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Lei de Diretrizes e Base 9.394 de 1996 (LDB)**. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Lei de Diretrizes e Base (LDB)**. Brasília, DF: MEC, 1961.
- CAVALHEIRO, C. B.; TEIVE, G. M. G. **Movimento escolanovista – três olhares**. XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.
- CARVALHO, F. A. H. **Neurociências e Educação**: uma articulação necessária na formação docente. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 2011.
- DREYER, L. **Alfabetização: o olhar de paulo freire**. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011.
- CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC)**. Secretaria da Educação do Estado do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2019.
- DREYER, L. **Alfabetização: o olhar de Paulo Freire**. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, Curitiba, 2011. P. 3585 – 3601.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FORLINI, D. B. **Construindo caminhos para a educação política**: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia / Danilo Forlini. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015.
- JAVIER ROJAS JARDEL, A. (2020). Internacionalización en la educación superior; procesos administrativos, académicos y de formación. **Revista Mythos**, 12(2), 7 – 15. <https://doi.org/10.36674/mythos.v12i2.304>

LEASK, B. **Internationalizing the curriculum**. United States, British Library, 2015.

LIMA, I. B.; ALVES, S. C. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: da explicitação de conceitos nos PCN e DCNEM a prática pedagógica no ensino médio**. Editora EdUECE, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SALES, E. C. do N. S.; FORTE, A. C.; MATOS, M. L. V. C. de.; SALES, M. J. da S. A importância do trabalho do professor diretor de turma em tempo de ensino remoto – CREDE 1. In: **Educação do Ceará em Tempos de Pandemia – Docências: Novas Formas de Ensinar e Aprender**. Onélia Maria Moreira Leite de Santana (org.)... [et al.], editora SEDUC, 2021.

SCHUELER, A. F. M. de.; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, n. 26, 2009, p. 32-55.

SOUZA, J. C. S. e. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, 2018.

TEIXEIRA, A. S. **Educação não é privilégio**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

UNESCO. **Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial?**. Brasília: UNESCO – ABIPTI, 2016.

VELOSO, K. B. de L.; SANTANA, R. P. da V. F. (2021). A descolonialidade e o paradigma da vida concreta na restauração dos direitos na América Latina. **Revista Videre**, 13(27), 264–288. <https://doi.org/10.30612/videre.v13i27.11769>

WILLIAMSON, G.; HIDALGO, C. La pedagogía del oprimido, la investigación en sala de clases y los profesores como investigadores. Dossiê – Paulo Freire: o legado global • **Educ. rev.** 35 • Jan-Dec, 2019.